

País deve fechar para balanço

DARIO GUAGLIANONE

Com todo o respeito que merecem os jornalistas, está cada vez mais complicado ler o noticiário econômico.

Evidentemente não por culpa dos profissionais que participam da preparação das matérias, até porque sempre procuram repor e discutir, com inegável competência, os diversos cenários que se apresentam, mas sim por causa do próprio ambiente econômico, político, social e suas consequências sobre a comunidade.

Basta examinar alguns fatos recentes para concluir que realmente estamos na contramão da história, do racional, enfim, apenas reagindo às forças e aos ambientes que se formam nesta empresa chamada Brasil. Eis algumas das contradições mais recentes:

■ No momento em que se discutem os caminhos para uma ampla reforma fiscal, inclui-se no Emendão o fim dos conceitos da anualidade e da retroatividade dos impostos, duas instituições das mais sagradas do direito tributário. Mais do que isso, discute-se a idéia de imposto único. Simples e bonitinha. Mas que certamente inibirá a criatividade do legislador, na busca da competitividade brasileira, principalmente quando se tratar de estimular as exportações brasileiras (vide exemplo da inteligência tributária dos tigres asiáticos).

■ Por falar em competitividade, é preciso perguntar como é possível, num momento em que a liderança de custos determina a hegemonia nos mercados, ser eficiente produzindo em escalas economicamente inviáveis. E, mais do que isso, com o fantasma dos importados — produzidos com baixo custo e qualidade sofrível — invadindo nossas lojas e casas.

■ Não há dúvidas de que a abertura dos portos é o caminho. Mas D. João VI teve mais visão ao abri-los somente para as nações amigas. Com efeito, ao abrir indiscriminadamente o mercado, perdemos uma oportunidade única de barganhar, negociar, enfim, de utilizar as poucas vantagens competitivas que ainda temos nas relações comerciais. Aliás, como fazem todos os países.

■ A propósito, cabe indagar também sobre a eficácia do câmbio flutuante, hoje totalmente definido e a ser inserido no Aurélio: câmbio relativamente livre e fortemente influenciado pelo Banco Central. É certo que todos os países agem sobre as taxas de câmbio, mas faz sentido interferir continuamente, distorcendo as relações comerciais, inibindo na maior parte das vezes as exportações e assim reduzindo o nosso superávit? E ainda pior: decidindo o dia e a hora das mididesvalorizações (ainda que por acidente)?

■ Faz sentido jogar os juros nas nuvens como forma de refrear as expectativas inflacionárias? O Congresso está realmente sendo populista ao impor a indexação dos salários? Aliás, vale ressaltar ser utópico discutir a indexação parcial dos salários, já que, em um país com cultura inflacionária, qualquer movimento na curva dos valores acaba mexendo em toda a estrutura hierárquica de salários. Só resta acreditar na inutilidade das velhas planilhas



do CIP que poderiam mostrar os efeitos em cascata dos aumentos dos custos financeiros e de mão-de-obra.

■ Mas nem só o governo dirige na contramão. Tome-se o exemplo da privatização. Todo mundo concorda em que o Estado precisa emagrecer, livrar-se das gorduras indesejáveis. E privatizar faz parte da dieta. Mas, na primeira tentativa, alguns grupos tentam impugnar o processo ou, pelo menos, postergá-lo. O governo ficou tão desorientado que, ao eleger o elefante para mostrar o peso de suas estatais, o colocou de costas na primeira versão do anúncio publicitário.

■ Todos clamam para que o País tenha maior credibilidade nos relacionamentos internacionais. Mas isso é impossível quando a central de boatos tenta flambar o fleumático ministro todas as quintas-feiras. Nossos problemas são estruturais e não é mudando pessoas que vamos superá-los. Ademais, é bom verificar o que acontece com uma empresa que muda seu diretor-financeiro a cada seis meses...

Outros exemplos poderão ser citados ad nauseam. Mas é melhor parar por aqui.

Aliás, o Brasil deveria parar. Fechar para balanço. Eleger um grupo de notáveis (trabalhadores, empresários, políticos, acadêmicos, etc.) que deveria se trancar em uma sala, sob a liderança de um "facilitador", e só sair de lá com um projeto de médio e longo prazos, com metas, estratégias e planos de ação exequíveis, como forma de evitar medidas reativas e correções dispersas de rumo, que acabam colocando-nos na contramão do óbvio.

Essa é a única forma de evitar ações desconectadas e do tipo tapa-buraco, tais como o Remendão fiscal e reuniões de entendimento nacional, onde se vê muito boa vontade, mas pouco espírito prático, até por não haver uma formulação clara das estratégias. Um plano estratégico para o País deve contemplar a discussão das atividades e serviços prioritários, conceitos de captação e aplicação dos recursos, incluindo os aspectos de tributação e o ambiente empresarial vis-à-vis sua importância no cenário econômico nacional e internacional.

Sem passarmos por essa discussão, não faz sentido tentar reformular a Constituição, alterar a política monetária atualmente praticada pelo Banco Central e até mesmo enviar um orçamento para ser aprovado pelo Congresso, onde 90% a 95% das receitas estão vinculadas a gastos efetivos.

Da mesma forma que uma empresa bem administrada reflete a coordenação e um trabalho orientado do presidente e de seus diretores na busca de objetivos previamente delineados, esperamos que o Brasil, por intermédio de seu presidente, ministros e o Congresso — que, então, deveria funcionar tal qual um Conselho de Administração e não como órgão restritivo às políticas sugeridas pelo Executivo —, possa ir ao encontro de objetivos e metas integradas e com adequado grau de consenso entre os brasileiros. Caso contrário, seremos sempre um país de cultura indefinida, de um conjunto conflitante de arranjos políticos e de um sistema de motivação para os mais jovens.